CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

P A R E C E R N. 37/73

Aprovado por Deliberação de 3/jan/1973

PROCESSO CEE - N° 2767/72
INTERESSADO - VALÉRIA GIOVANNÂ COLLIVÀ
ASSUNTO - Pedido de aproveitamento de estudos realizados no País,
no Liceu Pasteur - São Paulo.
CÂMARA DO SEGUNDO GRAU
RELATOR - Conselheiro OLIVER COMES DA CUNHA

HISTÓRICO

Valida Giovanna Colliva, filha de Giovanni Colliva e de D. Anna Urani Colliva, nascida em Sao Paulo, em 5/5/1955, Carteira de Identidade n° 3.566.255, domiciliada e residente em Sao Paulo na Av, Jurema n° 741, requer sejam revalidados seus estudos realizados no Liceu Pasteur, de São Paulo.

Apresenta a seguinte vida escolar:

- 1) Curso Primário, com 5 séries, na Escola do Liceu Pasteur, em Sao Paulo, Brasil;
- 2) Curso Ginásial, com 4 series, no mesmo colégio;
- 3) Curso Colegial, com 3 séries, no já citado estabelecimento de ensino, tendo estudado as seguintes disciplinas:
 - a) 1ª serie - Português, Francês, Inglês, História Geral, Matemática, Geografia Geral, Física e Química e Educação Física;
 - b) 2ª série - Português, Francês, Inglês, História Geral, Geografia Geral, Matemática, Ciências Naturais, Física e Química e Ed. Física; e
 - c) 3ª série - Português, História Geral, Geografia Geral, Matemática, Ciências Naturais, Física e Química, Filosofia e Ed. Física.

FUNDAMENTAÇÃO

- 1 - As disciplinas cursadas pela interessada são similares as do currículo do sistema de ensino brasileiro e podem ser consideradas equivalentes, consoante jurisprudência firmada por vários pareceres aprovados por este Conselho.
- 2 - A documentação esta de acordo com a Resolução CEE 19/65.

CONCLUSÃO

Em vista do exposto, voto favoravelmente ao atendimento da solicitação da requerente, podendo este Conselho autorizar a equivalência dos estudos correspondentes ao ensino do 2º grau, desde que a interessada seja aprovada em exames especiais de Historia do Brasil, Geografia do Brasil e Educação Moral e Cívica.

São Paulo, 29 de dezembro de 1972.

OLIVER GOMES DA CUNHA Relator

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU, em sessão realizada nesta data, após discussão e votação, adotou como seu Parecer a conclusão do Voto do nobre Conselheiro.

Presentes os nobres Conselheiros: Antônio Delorenzo Neto Arnaldo Laurindo, Egas Moniz Nunes, José Augusto Dias, Pe. Lionel Corbeil, Oliver Gomes da Cunha e João Batista Salles da Silva.

Sala das Sessões, em 3 de janeiro de 1972.

a) Conselheiro ARNALDO LAURINDO - Presidente.

Aprovado por Maioria na 470ª sessão do Conselho Pleno, hoje realizada, tendo o Conselheiro Alpínolo Lopes Casali votado com restrições e seu Voto foi subscrito pelo Conselheiro Luiz Ferreira Martins.

Sala "Carlos Pasquale", aos 3 de janeiro de 1973

a) Alpínolo Lopes Casali
Presidente.

Declaração de voto do Conselheiro
Alpínolo Lopes Casali

"De acordo com a Constituição Federal e Leis nº 4.024, de 1961, e 5.692, de 1971, somente as escolas legalmente autorizadas e que podem expedir certificados ou diplomas legalmente válidos.

O Liceu Pasteur funciona em nossa Capital. Se estiver vinculado ao sistema estadual de ensino, os atos escolares praticados pelos seus alunos prescindem de reconhecimento. Do contrário será mais uma escola livre". Em 1973, os atos escolares em tais escolas devem ser declarados nulos."

Em, 3 de janeiro de 1973

a) Alpínolo Lopes Casali
Conselheiro

Subcrevo o Voto acima transcrito, do Conselheiro Alpínolo Lopes Casali.

Em, 3 de janeiro de 1973

a) Luiz Ferreira Martins
Conselheiro